

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – Elementos de grupos societários: por uma teoria geral

1. Ordenamento heterônomo decorrente da estrutura grupada
 - 1.1. O interesse societário
 - 1.2. Poder de controle e abuso
 - 1.3. Direção unitária
2. Gênese alemã da opção brasileira
3. Paradoxo de separação e unidade no grupo societário brasileiro
 - 3.1. Segue
 - 3.2. Segue
4. Grupos de direito
 - 4.1. Natureza e função econômica do contrato de grupo
 - 4.2. Compensação de perdas financeiras
5. Grupos de fato
 - 5.1. Coligação
 - 5.2. Controle em grupos
 - 5.3. Subsidiária integral
 - 5.4. Grupos de subordinação e coordenação
 - 5.5. Participações recíprocas
 - 5.6. Preponderância do controle em outros sistemas
6. Seleção de critérios da teoria geral no direito brasileiro para implementação da garantia de tutela coletiva de credores
 - 6.1. Ordenamento societário do grupo
 - 6.2. Ordenamento patrimonial do grupo
 - 6.3. Ordenamento empresarial do grupo
 - 6.4. Garantias no direito de grupos

CAPÍTULO II – Extensão subjetiva da falência

7. Tutela do crédito na falência
8. Sujeito passivo da falência e interpretação do art. 82 da LREF
9. Falência pedida pelo próprio devedor como dever

CAPÍTULO III – Grupos societários e falência: fundamentos e critérios

10. Qualificação jurídica
11. Solução norte-americana
 - 11.1. *Fraudulent transfer*
 - 11.2. *Voidable Preference*
 - 11.3. Direito de compensação (*set-off*)

- 11.4. *Equitable subordination*
- 11.5. *Substantive consolidation*
- 12. Opção alemã
 - 12.1. A jurisprudência alemã em matéria de grupos
- 13. Opção italiana
- 14. Opção espanhola
- 15. Pressupostos do direito português
- 16. O critério brasileiro
 - 16.1. Orientação do STJ
 - 16.2. Os critérios dos Tribunais Estaduais
 - 16.3. A repercussão em primeira instância

CAPÍTULO IV – Extensão de efeitos da falência para sociedade controladora

- 17. A juridicização do controle na falência
- 18. Critérios para a extensão de efeitos
 - 18.1. Suspensão, ineficácia e revogação de negócios internos do grupo
 - 18.2. Subordinação de créditos
 - 18.3. Consolidação substancial brasileira
- 19. Extensão de efeitos para sociedades em comum

CAPÍTULO V – Extensão de efeitos da falência para sociedades controladas

- 20. Qualificação jurídica
- 21. Critérios para a extensão de efeitos
 - 21.1. Proposta do modelo UNCITRAL para direito interno
 - 21.2. Hipóteses para o direito brasileiro
 - 21.3. O controle judicial do conflito de interesses de credores
 - 21.4. Os efeitos para sociedades irmãs

CAPÍTULO VI – Falência de grupos multinacionais

- 22. Concentrações empresariais transfronteiras
- 23. Modelos UNCITRAL de legislação para insolvência transnacional
- 24. Regulamento Europeu de Insolvências
- 25. Problema da identificação do *beneficial owner*
- 26. Disciplina da matéria no direito brasileiro

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

SUMÁRIO DE QUADROS

- Quadro 1 – *Ranking* de recuperação de crédito
- Quadro 2 – Estrutura piramidal comum nos grupos brasileiros
- Quadro 3 – Jurisprudência alemã de responsabilidade em grupos societários